

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA
____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA-PB**

THAYS TORRES DE LIMA, brasileira, solteira, contadora, portadora da Carteira de Identidade RG nº 3.343.963, e inscrita no CPF sob nº 085.712.864-77, residente e domiciliada na Rua Irmão Antonio Reginaldo, nº510, Apto 203, Bessa, João Pessoa/PB, CEP 58035-130, por sua advogada e bastante procuradora, conforme instrumento de procuração em anexo, vem, mui respeitosamente perante Vossa Excelência nos termos dos art. 186, art. 927 § único e art. 730 e seguintes todos do Código Civil e por fim art. 14 do CDC propor a presente

ACÃO DE COBRANÇA E COMPLEMENTAÇÃO DE VALORES em face de:

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A., pessoa jurídica de Direito Privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, N.º 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-205, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

I. DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:

A parte autora é hipossuficiente, não possui trabalho formal, vive da renda que aufera através da realização de trabalhos eventuais (bicos), assim, não dispõe de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem que com isso incorra em prejuízo ao seu sustento e ao de sua família.

Dessa forma, faz-se necessário conceder e desde já se requer, a concessão do benefício da **GRATUIDADE DA JUSTIÇA**, com base no que vaticina a Lei nº 1.060/50, art. 98 e seguintes do NCPC, uma vez que o indeferimento de tal benefício impedirá a parte demandante de ter acesso à justiça. Para comprovação da situação narrada, junta-se aos autos para apreciação de Vossa Excelência, declaração feita pelo autor, afirmando-se, desde já, a veracidade do que fora subscrito.

II. DOS FATOS:

A parte autora no dia 28/08/2019, conforme consta no registro de ocorrência policial (DOC. ANEXO) sofreu acidente de trânsito. Do evento restou o demandante com acentuadas lesões corporais.

Posteriormente ao fato, o requerente foi resgatado pelos bombeiros e encaminhado para atendimento médico, **sendo diagnosticado que o mesmo sofrera uma lesão no calcanhar e panturrilha que gerou um processo inflamatório ósseo.**

Ademais, necessitou o segurado, em virtude da fratura sofrida, passar por tratamento fisioterápico e passou a se locomover com auxílio de muletas alugadas, conforme documento de comprovação, ademais, **restou o requerente com acentuada limitação física, além de sentir dores intensas e constantes, tem limitação nos movimentos e na força do membro afetado**, ou seja, as atividades mais simples do dia a dia, como movimentar a perna, caminhar, praticar algum exercício físico e



trabalhar, tornaram-se verdadeiramente, tarefas tormentosas de serem desempenhadas, até presente data.

O autor labora no momento do acidente encontrava-se contratada em fase de experiência o que inviabilizou a continuidade do serviço por condições físicas limitadas situação em que prejudicou demasiadamente a sua expectativa de ver contratada no emprego tão aguardado.

Consideráveis foram os prejuízos e as limitações ocasionadas em razão da lesão sofrida, **prejuízo esses que acompanham o requerente até os dias atuais e que possivelmente lhe acompanharão por toda a vida.** Portanto, possuindo direito assegurado em Lei, o segurado buscou amparo através de pedido de indenização junto à **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT**, tendo feito seu requerimento através da **MONGERAL SEGURADORA S/A**, atuando essa em nome daquela, intermediando os pedidos feitos em todo o país.

Preenchendo os requisitos para o recebimento da indenização, o autor encaminhou seu pedido. Juntamente com os documentos pertinentes, legalmente previstos e que são costumeiramente solicitados pela ré, requerendo administrativamente a quantia a que faz jus em decorrência do Seguro Obrigatório (DPVAT/DESPESAS MÉDICAS HOSPITALARES), o requerente teve seu pedido autuado com o número de sinistro **3190655161**.

Certo do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua lesão e despesas suportadas pelo evento traumático, a parte autora aguardou resposta da ré, **tamanha fora a surpresa desta quando informada do pagamento da indenização, NÃO POR SUA CONFIRMAÇÃO, o que seria inevitável, mas pelo montante pago pela demandada.**

De acordo com documento anexado, a ré efetuou o pagamento de **valor irrisório, não condizente com a gravidade da lesão sofrida pelo autor e com as despesas médicos hospitalares que fora obrigada a desembolsar para ver tratamento compatível com uma possível recuperação.**

Ou seja, após análise do pedido feito administrativamente, o requerente recebeu o valor de **R\$473,76** (quatrocentos e setenta e três reais e setenta e seis centavos)

Tal entendimento e enquadramento apresentado como caracterizador do pagamento, **não é condizente com a previsão legal e com a seriedade da lesão sofrida.**

O demandante permaneceu com sérias limitações desencadeadas pelas lesões ocorridas no acidente de trânsito, recebeu atendimento que constatou estas, teve acompanhamento médico, passou por tratamento fisioterápico, e mesmo assim, **restou com acentuadas limitações físicas, comprometendo de forma significativa a realização de atividades cotidianas simples, bem como o desempenho de determinadas funções que poderia almejar.**

É importante frisar que em documento apresentado e juntado aos autos, o Médico emite parecer sobre as limitações físicas do autor, mencionando claramente o caráter limitador onde o encaminhamento para acompanhamento fisioterápico ultrapassam 10 sessões simples, pois foram 30 sessões de fisioterapia, ademais sendo incisiva no tocante a constatação da dificuldade de deambulação do requerente, que até presente data ainda segue com acompanhamento fisioterápico.



Dessa forma, resta claro que fora buscado através de procedimento administrativo solucionar a questão e receber a indenização correta, porém, tudo foi em vão, não havendo outra forma do demandante alcançar o seu direito a não ser com a intervenção judicial, através da correta quantificação do valor devido e consequente condenação da ré ao pagamento deste.

Importante frisar que na tabela do seguro **DPVAT**, o valor requisitado **totaliza a importância de R\$ 4.690,42 (quatro mil e seiscentos e noventa reais e quarenta e dois centavos)**, constituindo digno de recebimento ao menos do teto monetário do seguro DPVAT.

Sendo assim, documentalmente comprovada a prejudicialidade e lesões do membro afetado, é devido ao autor valor referente a restituição de despesas completas suportadas, de referência ao teto ofertado para esta categoria de ressarcimento, ou seja R\$ 2.700 (dois mil e setecentos reais).

Por ser justa e legítima o recebimento clama pelo deferimento nas razões abaixo elencadas.

III. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

Tem-se que a parte autora ajuizou a presente ação fundada no direito assegurado pela Lei nº LEI Nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, prevendo está a indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

O seguro DPVAT, comumente conhecido como seguro obrigatório, cumpre importante função social, dando um amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito. Foram os riscos existentes no trânsito que obrigaram o legislador a estabelecer uma espécie de seguro.

A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT. Posteriormente, a Lei 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de torná-la mais compatível com o fim ao qual se destina.

Importante citar trecho encontrado no próprio site da demandada in verbis:

O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como Seguro DPVAT, existe desde 1974. É um seguro de caráter social que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa, seja motorista, passageiro ou pedestre. O DPVAT oferece coberturas para três naturezas de danos: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas e hospitalares (DAMS).

A atual responsável pela administração do Seguro DPVAT é a Seguradora Líder-DPVAT, que tem o objetivo de assegurar à população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro DPVAT.

O pagamento da indenização é feito em conta corrente ou poupança da vítima ou de seus beneficiários, em até 30 dias após a apresentação da documentação necessária. O valor da indenização é de R\$ 13.500 no caso de morte e de até R\$ 13.500 nos casos de invalidez permanente, variando conforme o grau da invalidez, e de até R\$ 2.700 em reembolso de despesas médicas e hospitalares comprovadas. O prazo para



solicitar a indenização por Morte é de até 3 anos contados da data do óbito. Para despesas médicas (DAMS): a contagem do prazo prescricional se inicia a partir da data do acidente. No caso de indenização por Invalidez Permanente este prazo é de 3 anos a contar da ciência da Invalidez Permanente pela vítima.

Os recursos do Seguro DPVAT são financiados pelos proprietários de veículos, por meio de pagamento anual. Do total arrecadado, 45% são repassados ao Ministério da Saúde (SUS), para custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito em todo país. 5% são repassados ao Ministério das Cidades (DENATRAN), para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito. Os demais 50% são voltados para o pagamento das indenizações e reservas.

Sendo assim Excelência, fazem jus ao recebimento de indenização coberto **pelo seguro DPVAT**, todas as vítimas de acidente de trânsito que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 3º da Lei 6.194/74.

Cite-se o art. 3º do referido diploma legal in verbis:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Em consonância com a Lei e enquadrando-se no caso em tela, importante se faz, mencionar Jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, deixando evidente e indiscutível o direito ao qual pleiteia à demandante:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. REEMBOLSO DAS DESPESAS MÉDICAS E SUPLEMENTARES (DAMS). NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE SINISTRO E DANO CAUSADO. DESPESAS COM ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTAR DEMONSTRADAS. APELO DESPROVIDO. 1 - O pagamento administrativo de indenização do seguro DPVAT basta a concluir pela presença de nexo causal na lide que intenta complementação de verbas, inclusive despesas com assistência médica e suplementar (DAMS). 2 - **No contexto e porque não desconstituído o fato constitutivo do direito autoral pela parte adversa, respeitado o limite legal, cabe à seguradora reembolsar o valor fixado pelo julgador.** 3 - Apelo conhecido e provido. (Grifei)

(TJ-GO - (CPC): 03823666820158090067, Relator: Dioran Jacobina Rodrigues, Data de Julgamento: 31/05/2019, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ de 31/05/2019)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E



SUPLEMENTARES - DAMS - COMPROVAÇÃO - SENTENÇA MANTIDA. 1. Nos termos da Lei nº 6.194/1987, os danos pessoais cobertos pelo seguro compreendem indenizações por morte, invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares. 2. Comprovadas as despesas por assistência médica, conforme reconhecido na sentença, a procedência da ação deve ser mantida, afastadas as alegações deduzidas no recurso de apelação. 3. **A correção monetária, em casos de indenização do seguro DPVAT, deve se dar a partir da data do evento, nos termos da jurisprudência firmada em sede de recurso repetitivo apreciado pelo colendo STJ.** 4. Apelo não provido. (Grifei)

(TJ-MG - AC: 10000190352161001 MG, Relator: José Arthur Filho, Data de Julgamento: 21/05/2019, Data de Publicação: 03/06/2019)

SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COBRANÇA. DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES (DAMS). 1. A ausência da comprovação do pagamento do prêmio do seguro obrigatório (DPVAT) não autoriza a recusa do pagamento da indenização respectiva, mesmo nos casos em que a vítima é a proprietária do veículo inadimplente. Súmula 257, do C. Superior Tribunal de Justiça. 2. **Na fixação da verba honorária deverá o juiz garantir condigna e justa remuneração do advogado.** Sentença mantida. Recurso desprovido. (grifei)

(TJ-SP 10002477220178260032 SP 1000247-72.2017.8.26.0032, Relator: Felipe Ferreira, Data de Julgamento: 18/06/2018, 26ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 18/06/2018)

Dessa forma, comprovado o acidente de trânsito, restando o demandante com lesões que lhe causaram as despesas demonstradas através de documentação acostada, presente o nexo causal entre o evento danoso e o resultado, é incontestável o direito do mesmo ao recebimento de indenização correspondente ao grau de sua lesão, correspondente as suas despesas suportadas, conforme entendimento do Respeitável Superior Tribunal de Justiça.

De plano, é plenamente cabível o pagamento da indenização decorrente do seguro obrigatório DPVAT, mesmo diante da ausência do adimplemento do prêmio ou da vítima não ser proprietária de veículo. O argumento de que não cabe o complementação de valores da indenização não cabe quando perfeitamente demonstrado as despesas acarretadas e legitimadas suportadas pela autora, a quem não deu causa ao acidente tão pouco foi beneficiada com tal circunstancias. Procura tão somente ver complementada ao valor a quem tem por direito restituir-se dos danos que vem suportando até presente data.



Patente o alegado faz menção ao enunciado da Súmula nº 257 do Colendo Superior Tribunal de Justiça, assim versada:

"A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento Da indenização."

Além disso, por possuir o seguro obrigatório uma natureza social, mesmo que a vítima seja proprietária do veículo cujo prêmio do seguro obrigatório se encontra em atraso, a indenização é devida.

Ante o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de complementação de indenização do seguro DPVAT à parte autora, **montante este quantificado através da avaliação dos documentos médicos juntados aos autos e realização de eventual perícia médica, sendo requerido o valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)**. Ainda, com valor corrigido pelo IGP-M a contar da data do sinistro.

IV. DOS PEDIDOS:

ANTE O EXPOSTO, evidenciados o interesse e a legitimidade da parte autora para o ajuizamento da presente ação, bem assim a possibilidade jurídica do pedido e preenchidos todos os requisitos da petição Inicial, previstos no artigo 319 do Código de Processo Civil, **REQUER:**

- a. Nos termos da Lei 1.060/50 e Art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil, considerando que a parte autora não dispõe dos recursos para custear o processo, sem prejuízo do seu sustento ou de sua família, **os benefícios da assistência judiciária gratuita;**
- b. Seja recebida a presente, autuada e conforme Art. 246 inc. I do Código de Processo Civil, **determine-se a citação da demandada no endereço já citado no preâmbulo desta Ação, através de carta AR/MP na pessoa de seu representante legal**, para vir responder, querendo, no prazo legal a presente ação, sob pena de revelia, quando, então ao final, deverão ser julgados procedentes os pedidos;
- c. Conforme previsão no Art. 319 VII do Código de Processo Civil, a parte autora desde já manifesta que não possui interesse na realização de audiência de conciliação;



d. Se digne Vossa Excelência em nomear perito, conforme art. 465 do Código de Processo Civil, a fim de que em conjunto com os documentos carreados aos autos, se quantifique o real valor devido ao autor a título de indenização DPVAT;

e. Devidamente processado o feito, com o respeito ao devido processo legal, seja a presente ação julgada **PROCEDENTE** em sua totalidade para:

1- Que seja declarada devida à parte autora o pagamento da **complementação de indenização** correspondente ao seguro DPVAT – Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, no valor de **R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)**. **Descontados o valor pago administrativamente, qual seja, R\$473,76** (quatrocentos e setenta e três reais e setenta e seis centavos), **totalizando assim, ao final, a importância de R\$ 2.227,00 (dois mil duzentos e vinte e sete reais) corrigidos desde a data do requerimento administrativo.**

2- Condenar a demandada ao pagamento de complementação de indenização referente ao seguro DPVAT, com atualização monetária desde o evento danoso, no valor de **R\$ 2.227,00 (dois mil duzentos e vinte e sete reais) corrigidos desde a data do requerimento administrativo.**

3-. Condenar a ré ao pagamento de custas judiciais e honorários advocatícios no importe de 20%.

Requer a produção de todos os meios de prova admitidos em lei, especialmente prova pericial, documental e outras que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.

Dá se a causa o valor de R\$ 2.227,00 (dois mil duzentos e vinte e sete reais)

Termos em que
Pede deferimento.

Santiago, 09 de Janeiro de 2020.

Uiara Jooyce de Oliveira Viana
OAB/PB 21.796

